

Sobre as teorias do imperialismo contemporâneo: uma leitura crítica *

*Leonardo de Magalhães Leite ***

Resumo

A teoria marxista, através do imperialismo, tem um instrumento de caracterização e interpretação do capitalismo contemporâneo. Atualmente, diversas vertentes do campo marxista (e que se assumem enquanto tal) utilizam o imperialismo em suas análises, seja através do termo neoimperialismo, novo imperialismo, imperialismo tardio, Império, globalização, neoliberalismo, ou, simplesmente, imperialismo. Desta forma, o objetivo deste artigo é analisar as interpretações marxistas do imperialismo contemporâneo e responder à questão: existe uma teoria contemporânea do imperialismo?

Palavras-chave: Imperialismo; Ultraimperialismo; Globalização; Capitalismo contemporâneo; Marxismo.

Abstract

The theories of contemporary imperialism: a critical interpretation

Marxist theory, through imperialism, has an analytical framework for the interpretation of contemporary capitalism. Currently, various aspects of the Marxist camp (and those who identify themselves as such) use imperialism in their analysis, either through the term neo-imperialism, new-imperialism, late imperialism, Empire, globalization, neoliberalism, or simply imperialism. Thus, the aim of this paper is to analyze the Marxist interpretations of contemporary imperialism and answer the question: is there one contemporary theory of imperialism?

Keywords: Imperialism; Ultraimperialism; Globalization; Contemporary capitalism; Marxism.
JEL F540, B510, P160.

Introdução

Todas as escolas e filiações teóricas do pensamento econômico buscam, de uma forma ou outra, interpretar e caracterizar o capitalismo contemporâneo. Na tradição marxista, um conceito amplamente utilizado (e muitas vezes utilizado sem o rigor necessário, caindo em definições fluidas e amorfas) é o imperialismo. Trata-se de um instrumental teórico que, desde o começo do século XX, no âmbito da II Internacional, está relacionado a tentativas de interpretação da realidade corrente.

No começo do século XX, com Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Karl Kautski, Nicolai Bukharin e Vladimir Ilitch Lenin, o marxismo se empenhou na

* Trabalho recebido em 14 de julho de 2012 e aprovado em 08 de abril de 2013.

** Professor Assistente do Departamento de Ciências Econômicas de Campos, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ. Endereço eletrônico: leonardoleite@id.uff.br. O autor agradece os comentários de um parecerista anônimo.

tarefa de interpretar as transformações pelas quais o modo de produção capitalista estava passando. Percebera-se que, impulsionado pelo advento da sociedade anônima e do capital financeiro, o capitalismo ingressara num segundo estágio de acumulação, caracterizado, sobretudo, pela substituição da livre concorrência pelos monopólios e pelo ganho de importância relativa da exportação de capitais em detrimento à exportação de mercadorias. Tratava-se de um segundo estágio de acumulação capitalista, em substituição ao estágio do capitalismo concorrencial, que ficou conhecido como o estágio do capitalismo monopolista, o estágio do imperialismo.

Hilferding (1985), que publicou sua obra máxima, *O Capital Financeiro*, em 1910, ergue a infraestrutura teórica sob a qual Luxemburgo (1976), Kautski (2002a, 2002b), Bukharin (1988) e Lenin (2008) irão desenvolver conceitualmente o imperialismo. Estes autores irão publicar seus estudos entre 1912 e 1917, no âmbito da corrida armamentista pré-Primeira Guerra Mundial e da própria Guerra.

Trata-se de um período histórico no qual uma das problemáticas centrais a qual o esforço intelectual marxista se dirigia era, segundo Amadeo (2006), a “necessidade de explicações e análise das evidentes transformações do modo de produção capitalista que tinham sido desenvolvidas pelo capital monopolista e pelo imperialismo” (Amadeo, 2006, p. 52). De fato, para Brewer (1990), o período precedente à Primeira Guerra Mundial consistiu num “fermento criativo sem precedentes nos círculos marxistas” (p. 88).

Assim, aquele grupo heterogêneo de marxistas que, doravante denominaremos como formuladores da “teoria marxista clássica do imperialismo”, buscava compreender as causas, a natureza e as possíveis implicações da nova fase que o capitalismo ingressara. Obviamente, dentro desse grupo constam distintas e, algumas vezes, antagônicas percepções sobre alguns traços conceituais. De todo modo, a obra que se consolida como uma referência em termos do imperialismo é a obra de Lenin, *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. Dentro da perspectiva da teoria marxista clássica, Lenin foi o último autor a teorizar sobre esta nova fase do capitalismo. Por isso, sem esquecermo-nos das críticas, podemos afirmar que sua obra representa uma síntese das construções teóricas até então.

Assim, utilizaremos sua definição básica como uma referência da teoria clássica do imperialismo. Tal definição do novo capitalismo, para Lenin (2008), deve repousar em cinco traços fundamentais¹:

(1) Lenin (2008), cauteloso, apresenta esta definição “sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger, em todos os seus aspectos, as múltiplas relações de um fenômeno no seu completo desenvolvimento” (p. 90). Jesus (2008) alerta que esta “tendência à esquematização presente na teoria leninista do imperialismo” (p.52) é criticada, pois seus argumentos são tratados como reducionistas. Segundo os críticos, sua teoria reduz-se a “poucas proposições essenciais, fáceis de se ter em mente” (p. 52).

1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios [...]; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (Lenin 2008, p. 90).

A partir desta definição básica, a grande divergência dentro do marxismo clássico, sintetizada pelos debates entre Kautski e Lenin, é em relação às perspectivas para o capitalismo. Dito de outra maneira, a questão é se o imperialismo constitui-se como o último estágio do capitalismo ou se pode surgir uma nova configuração capitalista pós-imperialista.

Por um lado, alguns autores, como Luxemburgo (1976), Bukharin (1988) e Lenin (2008), afirmavam que o capitalismo criara as bases sobre as quais ele seria superado. Isto é, nas palavras de Bukharin (1988, p. 10), o capitalismo encontrava-se “altamente desenvolvido, maduro e mais do que maduro” ou, como afirma Lenin (2008, p. 129), é a fase do capitalismo agonizante, em fase de decomposição, já que todas as suas contradições estão intensificadas. Entretanto, ele faz a ressalva de que o modo de produção vigente “pode permanecer em estado de decomposição durante um período relativamente longo”.

Por outro lado, autores como Kautski (1914, 2002a e 2002b) lançavam a hipótese do ultraimperialismo. Para eliminar as contradições que o próprio imperialismo engendrava em si, como a corrida armamentista, que prejudicava a acumulação e a exportação de capital, os mais poderosos Estados industriais se unificariam em torno de uma grande federação. Assim, conseguiriam explorar as zonas agrárias mais atrasadas em benefício do desenvolvimento industrial doméstico, ao mesmo tempo em que eliminariam as rivalidades entre as potências, renunciando à corrida armamentista. Embora ele afirme que os níveis historicamente necessários para a implantação do socialismo já estão atingidos, sua análise da realidade o faz supor um período no qual o capitalismo conviveria com um desenvolvimento pacífico dentro das fronteiras ultraimperialistas (Kautski, 1914 e 2002b).

Sob a influência de uma ou outra perspectiva, ou uma fusão das duas, vários autores contemporâneos, como Chesnais (1996; 2003), Robinson e Harris (2000), Hardt e Negri (2001), Went (2001; 2002-2003), Gowan, Panitch e Shaw (2001), Duménil e Lévy (2003; 2004; 2007), Harvey (2003), Fontes (2008a; 2008b), Boron (2006), Sakellaropoulos (2009), entre outros, se lançam no mesmo desafio colocado à teoria marxista clássica do imperialismo: como caracterizar o

estágio atual de acumulação capitalista e, a partir disso, qual a natureza, os limites e as implicações dessa fase contemporânea².

Com divergências de ordem teórica e/ou metodológica, estes autores, doravante denominados enquanto teoria contemporânea do imperialismo, possuem como convergência o fato de utilizarem, de uma forma ou de outra, a noção de imperialismo em suas obras. Através de termos como novo imperialismo, Império, globalização, neoliberalismo, neoimperialismo, imperialismo tardio, imperialismo contemporâneo, ou, simplesmente, imperialismo, as teorias contemporâneas do imperialismo buscam interpretar o capitalismo de hoje.

A partir disto, o objetivo deste trabalho é apresentar as contribuições teóricas de alguns autores sobre a fase contemporânea do capitalismo, bem como questionar sobre a existência ou não de *uma* teoria contemporânea do imperialismo. A escolha destes autores seguiu como critério o fato de que eles devem analisar, interpretar ou caracterizar o capitalismo atual e, necessariamente, se referenciar teoricamente em termos do imperialismo. Ademais, como o que se pretende é efetuar a contraposição entre as teses contemporâneas com a teoria clássica, uma justificativa central para a escolha dos autores é a atualização – explícita ou implícita – do debate entorno das teses de Lenin e Kautski. Com isso, espera-se resgatar uma importante polêmica no marxismo: por um lado, através de autores contemporâneos que atualizam as posições de Lenin; e, por outro lado, com autores que rompem com suas teses essenciais, aproximando-se das interpretações de Kautski.

Por fim, cabe justificar porque este artigo foca-se apenas em autores que circulam no campo marxista, já que podem existir interpretações úteis do capitalismo contemporâneo no campo não marxista. Assim como o texto do não marxista Hobson (1981), publicado em 1902, teve grande influência nos desenvolvimentos da teoria marxista clássica do imperialismo, existem análises contemporâneas que fornecem relevantes contribuições e enriquecem as interpretações marxistas. Entretanto, o escopo deste artigo restringe-se aos marxistas (ou que se assumem como tal) já que a dimensão revolucionária destas abordagens possibilita um diagnóstico diferenciado sobre o imperialismo. Na obra de Lenin, por exemplo, ao caracterizar o imperialismo como o último estágio do capitalismo, tentava-se demonstrar suas próprias tendências e como isso estaria refletido simultaneamente em uma época de apogeu e decadência do sistema. Portanto, o foco nos autores marxistas atende ao propósito de contribuir com o entendimento das tendências do capitalismo contemporâneo.

(2) É importante destacar que, além das influências teóricas do marxismo clássico, estes autores utilizam matizes diversas de pensamento. Além disso, reconhecemos que dentro da teoria marxista do imperialismo existe um amplo leque de perspectivas teóricas – como teoria da dependência e do sistema-mundo – no interregno entre os dois grupos que queremos analisar.

Em relação a esse último ponto, a teorização contemporânea vivencia um tipo de capitalismo que passou por transformações históricas importantes que condicionam a própria interpretação da fase atual do modo de produção. Do período imediatamente posterior à obra de Lenin até a metade do século XX, o capitalismo mergulhou em importantes convulsões: duas guerras mundiais e a crise estrutural da década de 1930. Parecia, então, “uma inescapável confirmação do cenário histórico antecipado por Lenin” (Arcary, 2005, p. 124). Entretanto, de 1945 em diante, as transformações históricas do capitalismo indicam o nascimento de uma espécie de ultraimperialismo, através da afirmação da hegemonia estadunidense, bem como da consolidação de um tipo de internacionalização do capital que estreita os laços entre as burguesias dos países avançados. Nessa fase particular do imperialismo, o Estado assume um papel mais proeminente e ocorrem ganhos reais para a classe trabalhadora em termos de salários, caracterizando o que Duménil e Lévy (2004) classificam como compromisso keynesiano. O problema da sobreacumulação e a consequente incapacidade de valorização do capital se manifestam na década de 1970, marcando a transição para a fase contemporânea do capitalismo, na qual o regime de acumulação de capital apresenta uma natureza financeirizada (Lapavistas, 2010) e uma lógica ditada pelo capital fictício (Carcanholo, 2011).

A partir destas considerações introdutórias, este trabalho está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, a próxima seção apresenta as teorias contemporâneas do imperialismo. Na segunda e última seção faremos a contraposição entre as teorias, buscando evidenciar os limites e potencialidades, elaborando os elementos conclusivos.

1 As teorias contemporâneas do imperialismo

Nesta seção o objetivo é apresentar algumas das chamadas teorias contemporâneas do imperialismo.

1.1 O fim do imperialismo e a emergência do Império em Michael Hardt e Antonio Negri

Através de uma abordagem interdisciplinar, *Império* apresenta uma inovadora interpretação do capitalismo atual³. Com um conceito fluido, no qual as fronteiras são flexíveis e a estrutura de poder descentralizada, Hardt e Negri (2001, p. 14) ousadamente afirmam que “o imperialismo acabou”. Para eles, o imperialismo desaparece junto com o Estado-nação e o capitalismo contemporâneo

(3) O livro foi publicado inicialmente em 2000; e no Brasil em 2001. Os autores, no prefácio, fazem questão de ressaltar que “começou a ser escrito bem depois da Guerra do Golfo Pérsico e foi concluído bem depois da guerra de Kosovo” (Hardt; Negri, p. 17). Assim, sua construção argumentativa situa-se no correr da década de 1990 e antes, evidentemente, dos eventos de 11 de setembro de 2001. Em termos da interdisciplinaridade desta obra, dado o escopo desta pesquisa nos concentraremos fundamentalmente em seus aspectos ligados à economia.

vê emergir uma nova lógica de poder: o Império (Hardt e Negri, 2001). Embora longa, a seguinte citação é valiosa:

A transição para o Império surge do crepúsculo da soberania moderna. Em contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de descentralização e desterritorialização do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. O Império administra entidades híbridas, hierarquias flexíveis e permutas plurais por meio de estruturas de comando reguladoras. As distintas cores nacionais do mapa imperialista do mundo se uniram e mesclaram, num arco-íris imperial global (Hardt; Negri, 2001, p. 12-13).

O Império refere-se a um poder único, sem fronteiras, acima de qualquer potência capitalista. Trata-se da nova ordem global, pós-colonialista, cujo ponto de transição é precisamente delimitado pelos autores em 1968. Para Hardt e Negri (2001, p. 267), depois da Guerra do Vietnã, “o novo mercado mundial foi organizado: um mercado mundial que destruiu as fronteiras fixas e os processos hierárquicos dos imperialismos europeus”. Após a “dolorosa e feroz história do primeiro período de descolonização⁴ abriu uma segunda fase na qual o exército de comando cedeu seu poder menos pelas armas pesadas dos militares e mais pelo dólar”. Assim, ainda segundo os autores, isto “foi um enorme passo adiante na construção do Império”.

Outro movimento relevante de construção do Império, que passa a se estabelecer por todo o globo com o final da Guerra do Vietnã, é a descentralização da produção, cujo ápice ocorre com a movimentação e operação das corporações transnacionais. Desta forma, nas palavras de Hardt e Negri (2001, p. 268), “por meio da descentralização de fluxos produtivos, novas economias regionais e uma nova divisão do trabalho começaram a ser determinadas. Ainda não havia ordem global, mas uma ordem estava se formando”.

O novo paradigma imperial, na análise de Hardt e Negri (2001, p. 286), torna-se necessário como uma resposta à crise estrutural dos anos 1970. Instigada pela Guerra do Vietnã, uma “confluência global de lutas” começou a minar os alicerces do período dourado do capitalismo. Assim, segundo os autores, as estratégias keynesianas e pseudoimperialistas de Bretton Woods entram em crise e elevam “os custos da estabilização e do reformismo” nos países centrais – Estados Unidos, Europa e Japão. Ao mesmo tempo, “quando as lutas anti-imperialistas e anticapitalistas nos países subordinados começaram a minar a obtenção de superlucros”, a arquitetura estrutural internacional ruiu. O Império, portanto, é uma resposta tanto à crise estrutural quanto ao que eles denominam de

(4) Hardt e Negri (2001) estão se referindo ao período pós-Segunda guerra mundial e da guerra do Vietnã, no qual os territórios coloniais foram dissolvidos.

“internacionalismo proletário”, cujo ciclo de lutas se iniciou após a revolução chinesa de 1949 e durou “até as explosões da década de 1960 em todo o mundo” (Hardt; Negri, 2001, p. 70).

Para Hardt e Negri (2001, p. 272), na mudança de paradigmas, isto é, na transição do imperialismo ao Império – novo paradigma global – um elemento importante “foi o fato de que o mercado mundial como estrutura de hierarquia e comando tornou-se mais importante e decisivo em todas as zonas e regiões nas quais os velhos imperialismos tinham operado”. Ou seja, a importância renovada do mercado mundial como regulador das redes de circulação a partir dos anos 1970 seria um forte sintoma da constituição do Império, na medida em que implementaria a desconstrução das fronteiras do Estado-nação. Os autores argumentam que “num período anterior, os Estados-nação eram os atores principais da moderna organização imperialista de produção e intercâmbio global, mas para o mercado mundial eles parecem cada vez mais meros obstáculos”⁵ (Hardt; Negri, 2001, p. 168-169). Dada a livre mobilidade e circulação dos fatores de produção, no futuro, citando um ex-Secretário do Trabalho dos Estados Unidos, “não haverá produtos nem tecnologias *nacionais*, ou corporações, ou indústrias. Não haverá mais economias nacionais, pelo menos como entendemos o conceito” (Robert Reich apud Hardt; Negri, 2001, p. 169)⁶. É o declínio das fronteiras nacionais, a síntese da eliminação do Outro. Para os autores, o mercado mundial serve “como modelo para compreender a soberania imperial”, ou “como o diagrama do poder imperial” (Hardt; Negri, 2001, p. 209-210).

Além disso, segundo Hardt e Negri (2001, p. 229-230), no Império, as “novas forças produtivas não têm um lugar, entretanto, porque ocupam todos os lugares, e produzem e são exploradas nesse não lugar indefinido⁷. [...] O Império é o não lugar de produção mundial, onde o trabalho é explorado”. Os autores querem dizer que a produção e a exploração não estão mais restritas ao espaço da fábrica. Pelo contrário, estas relações de exploração “estão tendendo a ocupar todo o terreno social”.

Agora, nos termos dos autores (p. 50), as grandes corporações “estruturam e articulam territórios e populações. Tendem a fazer dos Estados-nação meramente instrumentos de registro de fluxos de mercadorias, dinheiro e populações que põem em movimento”. O Império, ao suprimir o imperialismo, não acabou com as relações de exploração. Pelo contrário: “hoje quase toda a humanidade é, em certa medida, absorvida pelas redes da exploração capitalista e a elas subordinada. [...]

(5) Hilferding (1985) e Bukharin (1988) argumentam que, mesmo no mercado mundial, o Estado continua necessário ao processo de acumulação capitalista.

(6) Reich, Robert. *The work of nations*. New York: Random House, 1992, p. 32.

(7) Mais à frente veremos que Sakellariopoulos (2009) assume uma posição inversa: o local de produção e exploração foi e continua sendo dentro de formações sociais nacionais.

As linhas geográficas e raciais de opressão e exploração [...] aumentaram exponencialmente” (Hardt; Negri, p. 62)⁸.

Hardt e Negri (2001, p. 208-209) argumentam que no Império, como não há fronteiras, não existe guerra, apenas ação policial: “a história das guerras imperialistas, interimperialistas e antiimperialistas acabou. O fim dessa história introduziu um reino de paz. [...] Toda guerra imperial é uma guerra civil, uma ação policial”. Assim, no sentido de Fukuyama (1992), o fim da história representaria o fim da era dos grandes conflitos. Em outra passagem, eles afirmam que “devemos notar que uma idéia de paz está na base do desenvolvimento e da expansão do Império”⁹ (Hardt; Negri, 2001, p. 186).

Hardt e Negri (2001, p. 241-242) ainda buscam delimitar sua teoria em relação à teoria marxista clássica do imperialismo, em um capítulo dedicado especialmente a isto¹⁰. Segundo os autores, “por um grande período do século XX, a crítica do imperialismo esteve entre as arenas mais ativas e urgentes da teoria marxista. Muitos desses argumentos estão hoje, sem dúvida, superados, e a situação a que se referem transformou-se completamente”. Eles afirmam que “um dos argumentos principais da tradição do pensamento marxista sobre o imperialismo é o de que existe uma relação intrínseca entre capitalismo e expansão, e de que a expansão capitalista inevitavelmente toma a forma política do imperialismo”. De fato, segundo eles, “o capital não funciona dentro dos limites de um só território e de uma população fixa, mas transborda de suas fronteiras e internaliza novos espaços”. Citando Marx: “a tendência a criar o mercado mundial está incluída diretamente no próprio conceito de capital. Todo limite aparece como barreira a ser derrubada” (Marx apud Hardt; Negri – p. 242)¹¹. O capital possui um caráter indócil e “a expansão constante é sua tentativa inadequada, mas necessária para matar uma sede insaciável”.

Em relação à obra de Lenin, Hardt e Negri (2001, p. 249-250) dizem que a importância de sua obra é que ela “nos dá uma caixa de ferramentas, um conjunto de máquinas para a produção da subjetividade anti-imperialista”. Lenin “adotou a hipótese de Hilferding de que o capital entrou em uma nova fase de desenvolvimento internacional definida pelo monopólio, e de que isso levou a um aumento das contradições e a uma crise equiparação” das taxas de lucro. De acordo com os argumentos de Hilferding, a não equiparação das taxas de lucro solapava “a

(8) Rosa Luxemburgo afirmava que quando o capitalismo chegasse a tal ponto, ele já estaria perto de seu ponto final.

(9) Mais uma vez, apresentam um raciocínio semelhante ao de Kautski: o ultraimperialismo poderia representar um capitalismo pacífico.

(10) Trata-se do capítulo 3.1: “os limites do imperialismo”, que começa na página 241.

(11) Karl Marx, *Grundrisse*. Tradução de Martin Nicolaus. New York: Vintage, 1973, p. 408.

possibilidade de uma bem-sucedida mediação capitalista do desenvolvimento internacional”.

Embora, segundo Hardt e Negri (2001, p. 250-251), Lenin concordasse com “a tese básica de Kausky de que existe uma tendência no desenvolvimento capitalista à cooperação internacional dos diversos capitais financeiros nacionais e possivelmente à construção de um único truste mundial”, ele “rejeitava com veemência [...] o fato de que Kautsky usava essa visão de um futuro pacífico para negar as dinâmicas da realidade atual”. Assim, Lenin a considerava “utópica e danosa”. No prefácio à Bukharin, Lenin denunciou Kautsky em seu “desejo profundamente reacionário de abrandar as contradições” da situação atual (Lenin apud Hardt; Negri, p. 250). Para o autor, “o que precisava ser evitado acima de tudo era a realização dessa tendência ao ‘ultraimperialismo’, que aumentaria monstruosamente o poder do capital”.

Coerentemente com a obra de Lenin, Hardt e Negri (2001, p. 251) argumentam que ele reconheceu, “nas práticas subjetivas da classe operária [...] a possibilidade existente e concreta de que essas práticas – lutas, insurreições e revoluções – destruíssem o próprio capitalismo. Nesse sentido, Lenin levou a crítica do imperialismo da teoria à prática”.

Embora Hardt e Negri (2001) tenham, até então, utilizado a obra de Lenin de forma coerente, a partir deste momento eles passam a imputar à obra do bolchevique conclusões que, decerto, ele não chegou. Segundo Hardt e Negri (2001, p. 252), “pelo aperfeiçoamento político do conceito de imperialismo, Lenin, mais do que qualquer outro marxista, pôde antever a transição para uma nova fase do capital além do imperialismo e identificar o lugar [...] da soberania imperial emergente”¹² (p. 252).

Os argumentos de Hardt e Negri (2001, p. 253-254) se balizam na suposta compreensão de Lenin de que o capital necessitava extinguir a distinção entre o dentro e o fora para prosseguir sua trajetória de acumulação. Para eles, Lenin reconheceu que, “apesar de o imperialismo e da fase de monopólio serem, de fato, expressões da expansão global do capital, as práticas imperialistas [...] tinham se tornado obstáculos ao desenvolvimento do capital”. Assim, “o imperialismo, na realidade, cria uma camisa de força para o capital. [...] O capital precisa finalmente vencer o imperialismo e destruir os limites entre o interior e o exterior”. Com uma dose de cautela, eles afirmam que “seria exagero dizer que, com base nessas intuições, a análise do imperialismo e de suas crises feita por Lenin leva diretamente à teoria do Império”. O problema volta quando eles afirmam que a “alternativa implícita” presente na obra de Lenin é: “ou revolução comunista

(12) Na realidade, Lenin não anteviu a transição para uma fase do capital pós-imperialista, pois, para ele, o imperialismo referia-se à *última* fase do capital.

mundial ou Império, e há uma profunda analogia entre essas duas opções” (Hardt; Negri, 2001, p. 254).

Hardt e Negri (2001) se apoiam, não explicitamente, no marxismo clássico, especialmente em Lenin e Bukharin, ao afirmar que o Império encontra-se num processo de decomposição. Para Hardt e Negri (2001, p. 221), “o conceito que define a soberania imperial pode ser a onicrise, ou, como preferimos, corrupção”. Utilizando um uso antigo do termo, eles entendem por corrupção “um processo mais geral de decomposição ou mutação, sem qualquer implicação moral”. A corrupção, então, torna-se um processo de “degeneração”.

1.2 David Harvey e a abordagem do novo imperialismo

A lógica do argumento central de Harvey (2003) é a seguinte: a crise da década de 1970 bloqueou, ou impediu, o processo de reprodução ampliada do capital. O capital se encontrou diante de um dilema, no qual a solução foi utilizar-se da *acumulação por espoliação* – sua mais importante contribuição –, que, para Harvey (2003), é o outro nome dado à acumulação primitiva praticada em termos contemporâneos. Então, este tipo de acumulação estimula uma série de mudanças na forma do estado, que passa a ser neoliberal. Para manter o processo de acumulação capitalista, o Estado promove práticas de imperialismo que alimentam a acumulação por espoliação. Dadas as fortes contradições desse processo atualmente, o capital encontra diante de si, algumas possibilidades. Uma delas é a exacerbação de um conflito geopolítico com dois pólos de poder antagônicos: de um lado, um pólo liderado pelos EUA, e de outro lado, um pólo constituído por China, Rússia, Alemanha e França, numa espécie de coalização eurásiana. Como o futuro do capitalismo torna-se incognoscível nesta situação, outra possibilidade é uma ampla articulação que envolve a criação de uma espécie de ultraimperialismo à la Kautski (Harvey, 2003).

Harvey (2003, p. 77) se questiona sobre qual mecanismo o capitalismo consegue instituir que possibilita a saída das crises. Para o marxismo clássico, na figura de Lenin e Rosa Luxemburgo, “o imperialismo [...] era a resposta do enigma”, isto é, o imperialismo que possibilitava a sobrevivência do capitalismo. Mas, continua Harvey (2003), tratava-se de uma solução “finita e, por conseguinte, repleta de suas próprias contradições terminais”. Portanto, ao mesmo tempo em que o imperialismo representava o mecanismo capitalista de sobrevivência, possuía limitações que o impeliam a uma rota cujo destino seria sua própria destruição.

Neste contexto que o autor propõe sua teoria da “ordenação espaço-temporal”, buscando interpretar o mecanismo capitalista de prorrogação de sua longevidade. Para Harvey (2003), dado o excesso de capital subutilizado, para evitar sua desvalorização – a crise –, “é imperativo descobrir maneiras lucrativas

de absorver os excedentes de capital”. Neste contexto, “a expansão geográfica e a reorganização espacial proporcionam tal opção”, sem, contudo, poder se divorciar de “mudanças temporais”, isto é, projetos de longa duração. A questão, então, é o capital se expandir tanto no espaço – através da exportação de capital para uma região não capitalista, por exemplo – quanto no tempo – através de investimentos em projetos em que o capital fique fixado por longo tempo, como, por exemplo, investimentos em educação, cujo retorno ao capital é de longo prazo¹³ (Harvey, 2003, p. 77-78).

Em síntese, Harvey (2003) faz a seguinte análise da questão espaço-temporal para responder ao problema da sobreacumulação:

O quadro geral que surge, por conseguinte, é de um mundo espaço-temporal entrelaçado de fluxos financeiros de capital excedente com conglomerados de poder político e econômico em pontos nodais chave (Nova York, Londres, Tóquio) que buscam seja desembolsar e absorver os excedentes de maneiras produtivas, o mais das vezes em projetos de longo prazo numa variedade de espaços (de Bangladesh ao Brasil ou à China), seja usar o poder especulativo para livrar o sistema de sobreacumulação mediante à promoção de crises de desvalorização em territórios vulneráveis (Harvey, 2003, p. 112-113).

No bojo da teoria da ordenação espaço-temporal, Harvey (2003) apresenta o principal elemento do novo imperialismo: a acumulação por espoliação, ou acumulação primitiva em termos contemporâneos. Para introduzir este conceito, ele começa com a perspectiva subconsumista de Rosa Luxemburgo, na qual, para a sobrevivência do capitalismo, é necessário que ele sempre conviva com formações sociais não capitalistas, isto é, o interior – capitalista – necessita sempre do exterior – não capitalista.

Pela necessidade de convivência do capitalismo com formações sociais não capitalistas que Harvey (2003) reinterpreta a noção marxiana de acumulação primitiva. Em Marx (2005, p. 828-829), este conceito é utilizado para referir-se ao “processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção” e, portanto, refere-se às transformações históricas que “servem de alavanca à classe capitalista em formação”. Esse processo pode assumir formas variadas. Além do clássico exemplo da expropriação dos camponeses na Inglaterra, Marx também indica que, no processo de gênese do capitalismo, a acumulação primitiva se manifestou

(13) Harvey (2003) considera gastos sociais, como investimentos em educação, um mecanismo para absorver excedentes de capital gerados no presente. O retorno ao capital é considerado de longo prazo, pois são investimentos que podem aumentar a produtividade futura do capital. O longo prazo, portanto, é o tempo entre a aplicação do excedente no presente e seu retorno como produtividade ampliada do capital no futuro.

através dos sistemas coloniais e de dívida pública¹⁴, por exemplo. Com isso, o fato da acumulação primitiva poder se manifestar de diversas formas é chave com a qual Harvey (2003) irá desenvolver seu conceito de acumulação por espoliação.

Harvey (2003, p. 119) mostra que Arendt foi a autora que explicitou o papel da acumulação primitiva no imperialismo. Em uma referência à filósofa alemã, Harvey indica que “as depressões dos anos 1860 e 1870 na Inglaterra [...] foram o catalisador de uma nova forma de imperialismo”, já que foi o resultado da “sobrecumulação do capital e surgimento de dinheiro ‘supérfluo’ [...] que já não podia encontrar investimentos produtivos dentro das fronteiras nacionais” (Arendt apud Harvey, p. 119). Assim, como meio para escoar esses investimentos produtivos, aos olhos de Arendt, encontra-se a acumulação primitiva do capital, que constitui “uma importante e contínua força na geografia histórica da acumulação do capital por meio do imperialismo” (Harvey, 2003, p. 119).

Ao invés de classificar este tipo de acumulação como primitiva ou original, Harvey (2003, p. 121-122) utilizará o conceito acumulação por espoliação, por ser um “processo em andamento”. Para o autor, até os nossos dias, “a acumulação primitiva envolve a apropriação e a cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como o confronto e a supressão”, cujo resultado é, muitas vezes, “deixar vestígios de relações sociais pré-capitalistas na formação da classe trabalhadora”. Assim o resultado de um processo de acumulação primitiva, a proletarianização, não se resulta na “criação de um proletariado homogêneo”.

Se referindo às crises financeiras da década de 1990, Harvey (2003, p. 123) argumenta que a “vanguarda da acumulação por espoliação em épocas recentes”, foi “os ataques especulativos feitos por fundos derivativos e outras grandes instituições do capital financeiro”. Nestes momentos o capital financeiro se apropria de ativos dos países periféricos a preço baixíssimo, como contingência do próprio mecanismo da crise financeira. Além disso, desvalorização de ativos pela inflação, fraudes corporativas, desvios de fundos, valorizações fraudulentas de ações, etc, constituem a acumulação por espoliação de nossa época¹⁵ (Harvey, 2003).

(14) Em relação ao sistema colonial, Marx indica que as riquezas expropriadas de forma violenta das colônias afluíam em direção às metrópoles para, então, se converter em capital. A dívida pública, por outro lado, permite que o Estado transforme dinheiro ocioso em capital, fazendo nascer, em paralelo, um sistema internacional de crédito. Esses são exemplos de manifestação da acumulação primitiva utilizada no capítulo XXIV de Marx (2005).

(15) O problema da análise de Harvey (2003), segundo Fontes (2008a), é que a expropriação, roubo, espoliação, não é uma característica única da acumulação por espoliação ou primitiva; ela é, também, uma característica constitutiva da reprodução ampliada. Para Fontes (2008a), “a violência primordial do capital é permanente e constitutiva: a produção em massa da expropriação, sob formas variadas, em função da escala da concentração de capitais” (p. 90).

A mercadificação (conversão em mercadoria) da natureza – via patenteamento de material genético de sementes, por exemplo –, de formas culturais, históricas e de criatividade intelectual, envolvem “espoliações em larga escala”. A privatização de bens e serviços públicos também constitui faces do mesmo fenômeno. Alerta Harvey (2003) que “a acumulação por espoliação pode ocorrer de uma variedade de maneiras, havendo em seu *modus operandi* muitos aspectos fortuitos e casuais” (Harvey, 2003, p. 123-124).

Segundo ele, “o que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo”. Nesse sentido, “o colapso da União Soviética e depois a abertura da China envolveram uma imensa liberação de ativos até então não disponíveis na corrente principal da acumulação do capital”. Do mesmo modo, como o “capitalismo vem passando por uma dificuldade crônica de sobreacumulação desde 1973, então o projeto neoliberal de privatização de tudo faz muito sentido como forma de resolver o problema” (Harvey, 2003, p. 124) De fato, em ambos os casos, o capital privado em excesso ganha novo terreno de lucratividade.

Existe outra alternativa, para Harvey (2003, p. 124-125), para se usar o capital excedente. Trata-se da “desvalorização dos ativos de capital e da força de trabalho existentes”. Quando isto ocorre, através de uma crise, “esses ativos desvalorizados podem ser vendidos a preço de banana e reciclados com lucro no circuito de circulação do capital pelo capital sobreacumulado”. O capital, até então sobreacumulado, compra os ativos a preço de banana e o revende a um preço superior algum tempo depois, realizando um lucro nesse processo. Assim, “as crises podem ser orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema. A isso com frequência se resumem os programas de austeridade administrados pelo Estado, que recorrem às alavancas vitais das taxas de juros e do sistema de crédito” (Harvey, 2003, p. 125).

Assim, para Harvey (2003), as crises e conseqüentes desvalorizações de capital são suficientes para a própria reprodução permanente do capital. Ou seja, estabelecendo um diálogo com Rosa Luxemburgo e a suposta necessidade da expansão para fora, Harvey (2003, p. 125-126) argumenta: as crises representam o “recurso primário de criação perpétua pelo capitalismo de seu próprio ‘outro’ a partir do qual se alimentar”. Com elas, “valiosos ativos são tirados de circulação e desvalorizados. Ficam esvaziados e adormecidos até que o capital excedente faça uso deles a fim de dar nova vida à acumulação do capital”. Nesse processo, Harvey (2003, p. 126) argumenta que “o cordão umbilical que une acumulação por espoliação e reprodução expandida é o que lhe dá o capital financeiro e as instituições de crédito, como sempre com o apoio dos poderes do Estado”.

Embora seja um fenômeno observado com mais frequência nos últimos anos, Harvey (2003) argumenta que seu crescimento em importância coincide com o início do estágio do imperialismo neoliberal, discutido acima:

A acumulação por espoliação se tornou cada vez mais acentuada a partir de 1973, em parte como compensação pelos problemas crônicos de sobreacumulação que surgiram no âmbito da reprodução expandida. O principal veículo dessa mudança foi a financialização e a orquestração, em larga medida sob a direção dos Estados Unidos, de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear de vez em quando surtos de brandos a violentos de desvalorização e de acumulação por espoliação em certos setores ou mesmo em territórios inteiros (Harvey, 2003, p. 129).

Sendo que mecanismo importante para essa transição foi o “surgimento da teoria neoliberal e a política de privatização a ela associada”. De fato, continua Harvey (2003, p. 129-130), “como a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas do Estado a ‘expropriação das terras comuns’”.

Para Harvey (2003, p. 144), a acumulação por espoliação “está no cerne das práticas imperialistas”. Trata-se de um novo imperialismo, que é a releitura do imperialismo original:

Em suma, a burguesia norte-americana redescobriu aquilo que a burguesia britânica descobriu nas três últimas décadas do século XIX, redescobriu que, na formulação de Arendt, ‘o pecado original do simples roubo’, que possibilitara a acumulação original do capital, ‘tinha eventualmente de se repetir para que o motor da acumulação não morresse de repente’. Se assim for, o ‘novo imperialismo’ mostra não passar da revisitação do antigo, se bem que num tempo e num lugar distantes (Harvey, 2003, p. 148).

O novo imperialismo, portanto, na perspectiva de Harvey (2003), trata-se do *velho* imperialismo em um tempo e lugar diferentes. Seu traço constituinte é a acumulação por espoliação, ou, simplesmente, a acumulação primitiva.

1.3 Robert Went, globalização e as transformações no imperialismo de Lenin

Went (2002-2003) mostra que a combinação de livre-mercado e livre movimentação de capitais é a principal característica da globalização econômica. Por essas características também serem o fundamental do período anterior à primeira guerra mundial, aparentemente poderíamos argumentar que estamos vivenciando um retorno àquele período (Went, 2002-2003). De fato, como Eichengreen (2000) mostra, o grau de mobilidade internacional do capital durante o século XX apresenta um padrão em “U”, ou seja, alta mobilidade no começo e no final do século e baixa mobilidade aproximadamente na metade do século: aparentemente, o mesmo padrão encontrado nas duas primeiras décadas foi

retomado nas duas últimas décadas do século XX. Por isso, assim como a crítica do imperialismo foi um eixo central nos debates marxistas daquela época, hoje torna-se necessário revalidar esta teoria.

Para Went (2002-2003), apesar de muitos elementos da definição do imperialismo de Lenin¹⁶ ainda serem válidos hoje, é necessário que três mudanças sejam realizadas na definição leninista do imperialismo.

Em primeiro lugar, hoje em dia, a exportação/importação de capitais é muito mais forte entre os países imperialistas do que entre países imperialistas e não imperialistas. Dados de Chesnais (1996) indicam que 80% das transações internacionais de capitais são realizadas dentro da tríade EUA-Europa-Japão. Assim, nas palavras de Went (2002-2003, p. 490), “ao invés dos cartéis nacionais que competiram para dividir o mercado mundial como no começo do século, agora vemos todos os tipos de investimentos internacionais, alianças e estratégias pelas multinacionais que estão competindo e cooperando nos países desenvolvidos e em desenvolvimento”. Por causa disso, as rivalidades entre países imperialistas são muito mais fortes no plano econômico do que no plano militar (Went, 2002-2003).

Uma segunda diferença, continua Went (2002-2003, p. 490), refere-se ao papel e estrutura do capital financeiro de hoje. O sistema financeiro dominado por grandes bancos nacionais visto por Hilferding (1985) e Lenin (2008) se transformou em um sistema financeiro integrado mundialmente, “onde normas globais para lucratividade são fixadas”. Além disso, a dependência do capital industrial com o crédito bancário está menor relativamente ao passado, já que as firmas têm maiores acessos a mecanismos de financiamento via emissão de títulos, como debêntures ou *commercial papers*, ou ações.

Por fim, Went (2002-2003, p. 492) argumenta que a terceira diferença tem caráter político. Os países dominantes não colonizam os países atrasados através de força militar, mas com uma combinação de democracia e economia de mercado, através da reestruturação neoliberal. Mas esta mudança é apenas nos meios e não nos fins, que foi e continua a ser a “defesa dos privilégios das elites do Norte e de suas contrapartes no Sul em um sistema mundial fortemente estratificado”.

Em síntese, apesar do período atual se assemelhar ao período do final do século XIX e começo do XX, não se trata de uma repetição:

A economia mundial de hoje é caracterizada por um crescente número de ligações transnacionais entre os capitais de diferentes países, um nível maior de internacionalização do capital, um sistema financeiro integrado mundialmente, e um maior papel para as organizações internacionais

(16) O autor está se referindo àquela definição clássica, em que Lenin apresenta os cinco traços constituintes do imperialismo.

coordenarem e regularem as políticas econômicas. A idéia que o Estado-nação desaparecerá num futuro próximo é, entretanto, equivocada: estados não estão afundando, mas se transformando. Existem fortes conflitos de interesses, mas estes são expressos principalmente em termos econômicos [...] entre as principais potências capitalistas. Onde isto nos levará no futuro é incerto: três modelos – um estado transnacional, dominância dos EUA e continuação da competição entre os blocos – são, no momento, igualmente, (im)prováveis (Went, 2002-2003, p. 493-494).

O autor, portanto, parte das dissimilaridades entre o contexto econômico-político dos dois períodos para mostrar as diferenças entre o imperialismo de então e o imperialismo de agora. Ao reconstruir, com base nas características do capitalismo de hoje, a definição básica do imperialismo de Lenin, Went (2002-2003) reafirma a existência do imperialismo, com algumas reconfigurações internas.

1.4 Sakellaropoulos, a atualidade do imperialismo e a importância dos estados nacionais

O marxista grego Sakellaropoulos (2009) se aproxima teoricamente de Went (2002-2003) e reafirma a noção leninista de imperialismo. Para ele, a cadeia imperialista global inter-relaciona de forma desigual as várias formações sociais nacionais¹⁷, que são os espaços dentro dos quais o modo capitalista de produção¹⁸ é reproduzido. A globalização amplia a hegemonia dos países mais avançados e de suas respectivas burguesias nacionais, com a burguesia estadunidense assumindo a posição de liderança. Assim, para o autor, não faz sentido falar em uma classe capitalista transnacional e no fim do imperialismo. Sua posição é que os elementos fundamentais da estrutura social desde a era de Lenin não se alteraram (Sakellaropoulos, 2009).

O autor alerta que dentro do marxismo, duas posições são as mais usuais: aqueles que consideram a globalização uma realidade, pois ela criou uma burguesia transnacional; e aqueles que insistem na importância analítica e teórica do imperialismo. Entretanto, sua posição é que “uma renovação genuína da crítica do imperialismo necessita uma negação teórica da noção de globalização”. O autor

(17) Uma formação social corresponde a uma específica instituição social geograficamente definida, que consiste de uma estrutura econômica, uma estrutura ideológica e uma estrutura político-jurídica; onde podem coexistir diferentes modos de produção (Sakellaropoulos, 2009). Para Bottomore (2001), Marx raramente usou esta expressão e, quando o fez, foi quando se referia à sociedade (Bottomore, 2001).

(18) Sakellaropoulos (2009) define modo de produção como uma combinação de determinadas forças produtivas e relações de produção, movidas por contradições inerentes às relações sociais. Todo modo de produção possui uma forma esférica, constituído por uma estrutura econômica, outra político-jurídica e outra ideológica. Além disso, todo modo de produção pode ser dividido em estágios que, por sua vez, podem ser divididos em fases.

argumenta que qualquer posição que reafirme a noção de globalização, se aproxima com o esquema analítico do ultraimperialismo desenvolvido por Kautski (Sakellaropoulos, 2009, p. 59).

Para Sakellaropoulos (2009) – seguindo a definição de imperialismo enquanto o segundo e último estágio de desenvolvimento do capitalismo – como algumas mudanças ocorreram dentro desse estágio, é possível falar em duas fases do estágio monopolista/imperialista do capitalismo: fase 1, do final do século XIX até 1973, quando estoura a primeira crise do petróleo; fase 2, de 1973 em diante. Assim, o capitalismo contemporâneo vive na fase moderna do imperialismo (Sakellaropoulos, 2009).

Sakellaropoulos (2009, p. 65) mostra que o estágio monopolista também foi chamado por Lenin de estágio imperialista. O autor argumenta que “a emergência de certos pré-requisitos quantitativos e qualitativos facilitaram a constituição da infraestrutura sob a qual a superestrutura do imperialismo foi erguida”. À semelhança da definição leninista do imperialismo, o autor afirma que estas características foram: a) centralização dos capitais; b) fusão do capital bancário e industrial e formação do capital financeiro; c) crescimento da exportação de capitais; d) criação de multinacionais; e) divisão do mundo entre as potências capitalistas.

A partir destes pré-requisitos, a incorporação nas cadeias imperialistas surge como resultado de pressões econômicas, geopolíticas e militares, de um Estado sobre outro. Assim, a formação da cadeia imperialista é resultado da virtude de cada país nos elementos mencionados acima, no qual todos os países capitalistas participam. De fato, o que parece ser decisivo nas relações entre os países na cadeia, isto é, na posição em que cada Estado se encontra dentro da cadeia imperialista, é o desenvolvimento capitalista desigual de cada um deles (Sakellaropoulos, 2009).

O autor divide este estágio em duas fases distintas. A primeira, que, para o escopo deste trabalho não nos interessa tanto, começa quando a Primeira Guerra Mundial se encerra e vai até a crise de sobreacumulação de 1973. Na sequência, inicia-se a segunda fase do estágio imperialista, que é a que nos interessa.

Para Sakellaropoulos (2009, p. 68), o elemento básico dessa fase “é o esforço para criar contratendências à tendência decrescente da taxa de lucro e encontrar uma solução para a crise de sobreacumulação”.

O primeiro ponto a considerar como estratégia para saída da crise foi a crescente internacionalização das economias, que nasce dos crescentes fluxos de capital financeiro e exportação de capital e mercadorias. Este movimento foi um resultado direto da crise de sobreacumulação e da necessidade do capital de investir onde maiores níveis de lucro poderiam ser atingidos. Assim, cresce a massa de

comércio e investimento internacionais. Além disso, na impossibilidade de encontrar uma saída definitiva para a crise de sobreacumulação, frações do capital se dirigem para a esfera financeira esperando maiores retornos financeiros. Dentro desta perspectiva, movimentos de saída de capital “funcionam como um mecanismo para transferência de pressões de um elo da cadeia imperialista para outro”, porque qualquer movimento, mesmo em prospectiva, de saída de capitais, obriga as prioridades do país importador de capital a se adequarem aos interesses dos países imperialistas mais poderosos – aqueles que têm maior massa de capital na circulação financeira (Sakellaropoulos, 2009, p. 71).

Neste contexto, existe uma tendência crescente à integração supranacional e maior presença internacional do estado. Mas hoje isto não pode ser visto como o embrião de um mecanismo estatal uniforme a nível mundial. Pelo contrário, trata-se de um mecanismo com o qual os estados envolvidos buscam assumir vantagens na dinâmica da acumulação capitalista e na necessidade de assumir um suporte político e institucional para que o capital possa transpor as fronteiras nacionais “com o objetivo de reverter a tendência declinante da taxa de lucro” (Sakellaropoulos, 2009, p. 71).

No nível teórico, Sakellaropoulos (2009, p. 73) argumenta, “globalização e imperialismo não podem coexistir em um modelo teórico coerente. A prova é que se não existe um capital global (um bloco de poder capitalista global) nem um proletariado global, então não existe globalização no estrito senso de um sistema global unificado de relações sociais” (p. 73). É verdade que o capital é governado por uma tendência que o impele a não conhecer fronteiras. Entretanto, é apenas o capital; não o modo de produção capitalista, que se configura como uma “abstração teórica complexa de práticas econômicas, políticas e ideológicas, estruturas e instituições que tornam possíveis a reprodução das relações sociais capitalistas”. A reprodução dessas relações ocorre dentro de formações sociais específicas, no qual o estado-nacional foi a forma mais efetiva de garantir essa reprodução.

Na realidade, a problemática da globalização aponta para a velha questão de Kautski sobre o ultraimperialismo. Com esta hipótese, Kautski excluiu a guerra como um recurso para solucionar diferenças interimperialistas. Atualmente, “a questão é que a retórica da globalização parece excluir a possibilidade de novas guerras entre os estados imperialistas chave, dado que as forças de mercado, acima e por trás dos estados, estão guiando o processo de globalização”. Entretanto, Sakellaropoulos (2009, p. 74) não exclui a possibilidade da guerra. Mesmo com os elementos empíricos da ausência de conflitos interimperialistas desde 1945, “o elemento básico oriundo da dinâmica da cadeia imperialista é o *antagonismo* entre formações nacionais com o *potencial* de encontrar expressão em guerra”.

2 Síntese e notas conclusivas

Hoje, no começo do século XXI, alguns pontos nodais entrelaçam antagonicamente as várias teorias do imperialismo. Por um lado, autores como Hardt e Negri (2001) e Gowan, Panitch e Shaw (2001), se posicionam, de forma simplificada, no sentido de afirmar que não existem mais rivalidades interimperialistas¹⁹, isto é, o capitalismo contemporâneo vivenciaria algo como o ultraimperialismo proposto por Kautski. Cabe ressaltar que esses autores possuem diferentes premissas e conclusões, ao se considerar suas abordagens de um ponto de vista menos genérico. A identificação dessas diferenças pode ser feita em outros trabalhos de Panitch e Gindin, que complementam as ideias presentes em Gowan, Panitch e Shaw (2001). Panitch e Gindin (2002), por exemplo, fazem uma extensiva crítica a Hardt e Negri (2001), principalmente na noção do fim das fronteiras nacionais. Embora convirjam que as rivalidades interimperialistas possam ser negligenciadas, Panitch e Gindin (2002) enfatizam o papel necessário dos estados na gestão e reprodução de um capitalismo global dinâmico. A coexistência entre um império americano informal e diversos estados-nacionais é possível através de relações de poder assimétricas que foram reconstituídas pela globalização neoliberal – marcada pela internacionalização do capital, pela interpenetração entre produção e finança, bem como pela responsabilidade dos estados em gerenciar as contradições do capitalismo global. Por isso, conforme Panitch e Gindin (2004, p. 28) – em uma demonstração de que sua abordagem está mais próxima do ultraimperialismo – “o que está em jogo na conjuntura corrente não são as contradições entre burguesias nacionais, mas as contradições da ‘totalidade imperialista’, implicando todas as burguesias que funcionam sob a cobertura imperial americana”. Em síntese, para estes autores existe algum nível de rivalidade interestatal econômica ou política que, todavia, não se reflete em uma rivalidade interimperialista clássica. Por esse motivo, as abordagens de Gowan, Panitch e Shaw (2001) – complementadas por Panitch e Gindin (2002 e 2004) – e Hardt e Negri (2001) estão organizadas dentro da versão kautskiana do ultraimperialismo.

Por outro lado, a abordagem oposta, na qual as rivalidades interimperialistas permanecem, mesmo no contexto atual, podem ser encontradas em autores como Sakellaropoulos (2009) e Went (2002-2003).

Bukharin (1988) e Lenin (2008) argumentavam que o principal motivo da impossibilidade de realização do ultraimperialismo era a existência de desenvolvimento desigual entre os países mais avançados. Caso houvesse uma

(19) O fim dessas rivalidades ocorreria em vários campos, além, inclusive, do campo militar. Ao discutir o papel das finanças na fase contemporânea do capitalismo, Panitch e Gindin (2005) advogam para o fim das rivalidades neste campo: “Em contraste ao velho paradigma da rivalidade interimperialista, a natureza da integração monetária no império estadunidense significa que uma crise do dólar não é uma crise ‘estadunidense’ [...], mas uma crise do sistema como um todo, envolvendo danos severos para todos” (p. 95).

assimetria em termos de correlação de forças, os países mais poderosos não teriam interesse em se coligar em uma federação imperialista. Ressalta-se que, no começo do século XX, embora existissem diferenças em termos de desenvolvimento econômico ou poderio militar que impossibilitassem o ultraimperialismo, como Bukharin e Lenin argumentavam, essas diferenças não eram tão fortes como são hoje. Dentro do grupo dos Estados mais poderosos, nenhum se destacava com grande disparidade em relação aos demais, isto é, embora alguns assumissem a dianteira, nenhum se descolava dos demais.

Hoje é notória a enorme assimetria de forças, cujo desequilíbrio pende para o lado dos Estados Unidos – dentro do grupo dos Estados nacionais mais poderosos, os EUA funcionam como uma espécie de *outlier*²⁰. Ao mesmo tempo em que este fato pode ser explicação para a não rivalidade militar interimperialista; pode aguçar uma possível rivalidade no campo militar, tal qual Bukharin e Lenin observaram. Vejamos:

Os conflitos militares de hoje em dia não são protagonizados por duas potências rivais. Como Harvey (2003) muito bem apresenta, envolvem, sempre, de um lado, o país mais desenvolvido e com maior poderio militar, e, de outro, algum país com nível médio a baixo de acumulação de capital. Embora a retórica oficial aponte estes conflitos como guerras contra o terrorismo, ou ações policiais, como Hardt e Negri (2001) mostram, tratam-se, sem exceção, de conflitos cujo pano de fundo é a luta geopolítica por insumos para produção – ultimamente, o petróleo. Assim, enquanto todos os países avançados se beneficiam dessa situação, este suposto ultraimperialismo pode permanecer. Entretanto, a qualquer desvio, um conflito, tal qual Lenin advertira, pode acontecer. A possibilidade teórica para que isso aconteça, existe. A discrepância em termos de poderio econômico/militar que, hoje, atenua as rivalidades, é a chave, para Bukharin, que dispara uma corrida armamentista. Basta, para isso, que a discrepância se reduza, que surja outro rival à altura, ou que grupos de países se unam em torno de possíveis coalizões. Desta forma, ao mesmo tempo em que Gowan, Panitch e Shaw (2001) e Hardt e Negri (2001) – e Kautski – estejam aparentemente corretos; a hipótese de Sakellariopoulos (2009) e Went (2002-2003) – e Bukharin e Lenin – também está correta.

Outro ponto polêmico na teorização contemporânea do imperialismo é a respeito de prognósticos para o capitalismo, embora apenas Hardt e Negri (2001) discorram incisivamente sobre este assunto. Seu principal raciocínio é que chegamos à fase posterior ao imperialismo, o Império. Além disso, afirmam que Lenin argumentara que o capitalismo caminharia para a bifurcação: socialismo ou Império. De fato, Lenin considerou que o imperialismo estava em vias de

(20) Se assumíssemos que o poderio econômico/militar de cada país estivesse contido em certa distribuição de probabilidade, os Estados Unidos seriam o ponto fora da reta.

decomposição e seria superado pelo modo de produção superior ao capitalismo, o socialismo. Entretanto, ele não considerou a possibilidade de um novo regime de produção capitalista pós-imperialista. Se, obviamente, ainda não atingimos o socialismo, não é porque transitamos ao Império, mas, seguindo a abordagem de Lenin, é porque permanecemos no estágio do imperialismo, com o capitalismo se decompondo cada vez mais. Assim, a afirmação que Hardt e Negri (2001) imputam a Lenin é falsa. Sobre a obra de Hardt e Negri, a conclusão que podemos chegar é que, embora forneçam alguns *insights* válidos, a ousada perspectiva dos autores se perde em seu próprio ecletismo.

Hardt e Negri (2001) ainda generalizam a suposta interpretação de Lenin para toda a teoria marxista clássica do imperialismo. Eles argumentam que no bojo da “primeira grande onda de análises teóricas marxistas do imperialismo” (p. 261), havia, para o decorrer do transcurso da história, “uma escolha clara: revolução comunista mundial ou transformação do imperialismo capitalista em Império” (p. 261). Neste ponto, podemos inferir que Hardt e Negri (2001) seguem a mesma lógica kautskiana de que a competição interimperialista, por levar ao limite do capitalismo, provocaria essa aliança entre as burguesias nacionais. No caso de Kautski, a hipótese que ele levanta é a *possibilidade* do ultraimperialismo. Já Hardt e Negri (2001) apresentam a *concretude* – na perspectiva deles – do Império.

O aspecto central da teoria do Império de Hardt e Negri (2001) é a noção de mercado mundial. Para eles, a globalização constituiu, de fato, um mercado mundial que integra todo o globo. Entretanto, os autores utilizam a teoria subconsumista de Rosa Luxemburgo como o artifício teórico para a constituição do mercado mundial. Segundo eles – e segundo ela – como o capitalismo enfrenta um problema de realização da mais-valia intrínseco ao próprio sistema, ele necessita sempre de algo exterior a si para se desenvolver. Então, a dinâmica de incorporação desse exterior é que caracterizou o imperialismo clássico. No ponto em que todo o exterior já está completamente internalizado, o imperialismo transforma-se em Império. O problema desse argumento é que, embora a construção argumentativa seja convincente, a base teórica subconsumista Luxemburguiana é fortemente criticada²¹.

Uma crítica aos argumentos do subconsumo pode ser encontrada em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, que Lenin publicou em 1905, doravante Lenin (1982). Nesta obra Lenin polemiza e busca refutar as teses dos autores *populistas*²² que, esquematicamente, segundo Netto (1982, p. XIV), “afirmavam que a viabilidade do capitalismo na Rússia era extremamente

(21) Críticos como Brewer (1990) a consideram superada.

(22) Segundo Netto (1982), o populismo nasceu como um movimento teórico-ideológico da intelectualidade democrática e “eixo do pensamento social russo” (p. XI). Após certo período, “converteu-se numa concepção nitidamente reacionária da dinâmica social russa” (p. XIII). Nesta conjuntura que Lenin escreve sua obra.

problemática”, pois não havia a possibilidade de realização da mais-valia dado que o mercado interno era extremamente frágil. Isto é, o subconsumo seria um entrave crucial ao desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Embora a crítica de Lenin se direcione nominalmente aos populistas, se enquadra perfeitamente contra os argumentos subconsumistas de Luxemburgo (1976) – e de Hardt e Negri (2001).

Lenin (1982) vai mostrar que o mercado interno se desenvolve – e gera a possibilidade de realização da mais-valia – com o próprio desenvolvimento do capitalismo. Isto é, “o que importa, para o desenvolvimento capitalista, é a demanda originada pelos próprios capitalistas, a crescente transformação de mais-valia em capital constante, com o mais rápido crescimento do setor de bens de capital” (Netto, 1982, p. XV). Tal qual a crítica de Brewer (1990) no capítulo I, a lacuna que completa os esquemas de reprodução e que invalida o potencial problema da realização é o grau de consumo produtivo entre os próprios capitalistas. Nas palavras de Lenin (1982, p. 33), “o grau de desenvolvimento do mercado interno é o grau de desenvolvimento do capitalismo no país”. Com base na teoria de Marx, Lenin (1982) argumenta que o “crescimento da produção capitalista e, conseqüentemente, do mercado interno, vincula-se mais aos meios de produção e menos aos artigos de consumo. Em outros termos: o crescimento dos meios de produção ultrapassa o dos artigos de consumo” (p. 23).

Portanto, se a base sob a qual se ergue a teoria do Império de Hardt e Negri (2001) é frágil, a partir de uma concepção leninista, podemos dizer o mesmo do resultado dessa construção teórica. Dito de outra maneira, trata-se de uma teoria que se baseia em hipóteses e conjecturas sem embasamento na realidade e que foge, portanto, do materialismo histórico enquanto método de análise científica.

Harvey (2003), Went (2002-2003) e Sakellariopoulos (2009) são os autores que vão utilizar com mais coerência a abordagem de Lenin. Para eles, a fase atual do capitalismo constitui, ainda, o imperialismo. Os dois últimos apontam que, com algumas reconfigurações internas, o imperialismo de hoje é uma continuação modificada do imperialismo do começo do século. Sakellariopoulos (2009) argumenta que vivenciamos uma segunda fase do imperialismo – fase do esforço para sair da crise, que sucede a fase da reprodução ampliada. Harvey (2003), por sua vez, vai dizer que vivenciamos a terceira – em transição para a quarta – fase do imperialismo.

Na realidade, a contribuição mais original – e criativa –, que mantém uma coerência teórica com a teoria marxista, é a atualidade da acumulação primitiva que Harvey (2003) nos apresenta. Mesmo se considerarmos que a expansão territorial do capitalismo já não é mais possível, pois todo o globo já está inundado de relações sociais capitalistas; a classe dominante consegue acumular capital através de um processo de espoliação (acumulação primitiva) manifestado, por exemplo, nas crises financeiras recentes.

A caracterização do imperialismo contemporâneo a partir de ampla base empírica é a tarefa que Duménil e Lévy (2003 e 2007) se propõem a executar. Com os aspectos quantitativos que estes autores apresentam, é possível traçar alguns elementos de caracterização da fase atual do capitalismo. É um período no qual a taxa de lucro assume trajetória ascendente e a taxa de acumulação de capital não a acompanha. O que ocorre é que nas mais importantes corporações de capital aberto, a maior parcela dos lucros é distribuída entre os acionistas e não investida. Significa um fortalecimento do ambiente financeiro, com a *exuberância* do mercado de ações e outros instrumentos – como os derivativos – se configurando numa série de bolhas financeiras que sustentaram boa parte do crescimento econômico²³.

Semelhante caracterização foi feita pelos marxistas clássicos do começo do século XX. Eles, em especial Lenin e Bukharin, também utilizando ampla base empírica, apontaram o real estágio de decomposição do capitalismo. Vivia-se a eminência de sua ruína, cujo ápice era a ocorrência da guerra. O capitalismo não conseguiria manter o crescimento de outrora e se mutilaria por conta de suas próprias contradições.

Outro aspecto fundamental para a caracterização do imperialismo contemporâneo, que suscita intenso debate entre os teóricos atuais, mas que não esteve presente na teoria clássica, é em relação ao *locus* da reprodução capitalista. Isto é, dada a constituição do chamado mercado mundial, o capitalismo se reproduz a nível mundial, dando origem a uma burguesia e um proletariado transnacional, ou sua reprodução é circunscrita aos Estados nacionais, que utilizam o mercado mundial para intercambiar mercadorias?

Neste caso, Hardt e Negri (2001) são os únicos autores a argumentar no sentido da constituição de uma efetiva ordem capitalista global. Entretanto, e de um ponto de vista marxista, esta é uma de suas falhas, eles não argumentam em termos de classes sociais globais; isto é, uma burguesia ou um proletariado global. Para eles, globalmente existe o Império – que, por indução, podemos qualificar como representante de uma espécie de burguesia global – e a multidão – que, novamente por indução, poderíamos qualificar como um tipo de classe trabalhadora global.

Em contrapartida, o ponto de vista da reprodução do capitalismo dentro das fronteiras nacionais é defendido com mais ênfase por Sakellariopoulos (2009). Went (2002-2003), Harvey (2003), Duménil e Lévy (2003, 2004 e 2007) e Gowan, Panitch e Shaw (2001) também assumem esta posição de uma perspectiva mais implícita. Esta análise afirma que o modo capitalista de produção é reproduzido

(23) A estimativa de Moseley (2008) aponta que se não houvesse a bolha no mercado imobiliário estadunidense, a taxa de crescimento da economia dos EUA seria de aproximadamente 1% ao ano no começo da década de 2000, contra os 3 a 4% de taxa de crescimento realmente verificados com a bolha.

dentro de formações sociais nacionais. O Estado possui papel preponderante nesse aspecto, já que é ele quem garante o domínio da classe proprietária em relação à classe não proprietária, garantindo o *status quo* inabalado.

De fato, dentro desse grupo, podemos fazer uma subdivisão. Existem aqueles, como Went (2002-2003), Harvey (2003), Duménil e Lévy (2003, 2004 e 2007) e Gowan, Panitch e Shaw (2001) que argumentam na coexistência de dois conceitos: globalização e imperialismo. Assim, a globalização constitui uma nova *forma* do imperialismo – um novo imperialismo, um neoimperialismo –, ou um fenômeno paralelo ao imperialismo. Outra visão, sustentada por Sakellariopoulos (2009), nega teórica e conceitualmente o termo “globalização”. Isto é, o que vivemos nada mais é do que o imperialismo em uma nova *fase*. Para este autor, seria correto utilizar o termo “globalização” caso existisse um capital global e um proletariado global, o que não é verdade. A configuração do capitalismo contemporâneo – o imperialismo, fase dois – é um sistema internacional que inter-relaciona todos os países de forma desigual.

Em síntese, o que é consenso entre todos os autores contemporâneos é o fato de o capitalismo ter entrado em sua nova fase durante a década de 1970 (independente de se tratar de uma nova fase, uma nova forma, ou o fim do imperialismo). Alguns pontuam o começo da década, outros o final, mas o fato é que a crise dos anos 1970 fez emergir esta nova fase, cuja característica fundamental é a preponderância da esfera financeira. Em termos dos cinco traços fundamentais do imperialismo para Lenin, podemos destacar os seguintes²⁴:

1. Os monopólios continuam sendo a forma característica do capitalismo contemporâneo.

2. O capital financeiro continua em sua hegemonia. Entretanto, os bancos perderam grande parte da importância que tinham. Atualmente, o capital financeiro manifesta-se como a fusão do capital bancário e industrial dentro de uma mesma corporação. Brewer (1990) mostra que uma grande companhia multinacional de hoje não é subordinada a nenhum banco, mas exercita funções de capital bancário ao aglutinar recursos de variadas formas (por exemplo, emitindo ações ou estabelecendo fluxos de capitais entre matriz e filial). Assim, esta multinacional pode ser considerada parte do capital financeiro de hoje. Esta concepção é compartilhada por Pinto (1994), em que, segundo o autor, “no mundo contemporâneo a hipótese mais sensata e realista é a de que as SA’s aglutinam e organizam os ativos produtivos e bancários em várias frentes de

(24) Uma abordagem predominantemente empírica pode ser encontrada em Fuchs (2010). Utilizando a obra clássica de Lenin como referência, o autor conclui que os cinco traços do imperialismo são válidos atualmente e, portanto, o capitalismo contemporâneo pode ser classificado como uma fase específica dentro do imperialismo.

atividade, se estendendo às atividades financeiras e não financeiras” (Sabadini, 2012).

3. A exportação de capital continua sendo predominante, com algumas diferenças. A principal delas é que ela ocorre em maior magnitude entre os próprios países mais avançados, ou seja, hoje não é predominante o tradicional fluxo centro-periferia. Outra diferença crucial refere-se ao papel desempenhado no capitalismo contemporâneo pelas corporações transnacionais, cujas operações de investimento externo direto cresceram significativamente nos últimos trinta anos (Fuchs, 2010) Adicionalmente, além do capital produtivo, também o capital fictício – via, por exemplo, emissão de títulos de dívida externa – passa a ser exportado. Logo, a exportação de capital assume uma natureza mais móvel e flexível no capitalismo contemporâneo²⁵.

4. As associações internacionais de monopolistas continuam a ocorrer, talvez com mais intensidade do que no passado. De fato, todos os ramos de produção com relativo avanço tecnológico são dominados por poucas gigantescas empresas. Uma diferença em relação a essa situação apontada pela teoria clássica do imperialismo é que, diferentemente do que eles sugeriram, a competição pode ocorrer por trustes de mesma nacionalidade.

5. A partilha territorial do mundo entre as grandes potências foi o ponto que mais se transformou da época da teoria clássica até a atualidade. Hoje, já não mais observamos disputas entre os países mais avançados por territórios *virgens*, seja em busca de mercado consumidor, fornecimento de meios de produção ou força de trabalho. Entretanto, embora ainda não haja esta disputa interimperialista, o país mais desenvolvido do planeta continua a ocupar militarmente os territórios com potencial de fornecimento da matéria-prima mais escassa.

Como podemos observar, embora com alterações no plano da aparência, a essência de cada traço fundamental do imperialismo continua a mesma. A grande questão contemporânea, ainda obscura, é derivada do ponto cinco: qual o futuro mais provável, imperialismo ou ultraimperialismo?

Referências bibliográficas

AMADEO, Javier. *Mapeando o marxismo*. In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Org.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

ARCARY, Valerio. Lênin, imperialismo e revoluções. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, v. 13/14, p. 122-132, 2005.

(25) Sobre esse ponto, o autor agradece as ricas sugestões de um parecerista anônimo.

ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BORON, Atilio. A questão do imperialismo. In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina (Org.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006. p. 459-483.

BOTTOMORE, Tom. Formação social. In: BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BREWER, Anthony. *Marxist theories of imperialism: a critical survey*. 2nd ed. London: Routledge, 1990.

BUKHARIN, Nicolai. *A economia mundial e o imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

CARCANHOLO, Marcelo. Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. *Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política*, Uberlândia, v. 1, n. 3, dez. 2011.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução Silvana Finzi Foa. São Paulo: Xamã, 1996

_____. Tendências profundas do imperialismo e ampla crise de leadership. *Revista Margem Esquerda: ensaios marxistas*, São Paulo: Boitempo, n. 1, p. 11-18, 2003.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Superação da crise, ameaças de crises e o novo capitalismo. In: CHESNAIS, François et al. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

_____. *The economics of U.S. imperialism at the turn of the 21st Century*. *Review of International Political Economy*, v. 11, n. 4, Global Regulation, p. 657-676, Oct. 2004.

_____. Neoliberalismo – neoimperialismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.16, n. 1 (29), p. 1-19, 2007.

EICHENGREEN, Barry. *A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2000.

FONTES, Virgínia. Imperialismo contemporâneo: espoliação e benevolência. (Resenha do livro: HARVEY, David. O novo imperialismo). *Revista História & Luta de Classes*, [s.l.], v. 4, n. 6, p. 89-91, nov. 2008a.

_____. Marx, expropriações e capital monetário: notas para o estudo do imperialismo tardio. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 26, p. 9-31, 2008b.

FUCHS, Christian. Critical globalization studies and the new imperialism. *Critical Sociology*, v. 36, n. 6, p. 839-867, Nov. 2010.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GOWAN, Peter; PANITCH, Leo; SHAW, Martin. The state, globalisation and the new imperialism: a roundtable discussion. *Historical Materialism*, Leiden, v. 9, p. 3-38, 2001.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. Tradução Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSON, John. *Estúdio del imperialismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

JESUS, Daniele Maria Oliveira de. *O desenvolvimento do imperialismo e o processo de concentração bancária na dinâmica mundial do capitalismo contemporâneo*. 2008. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

KAUTSKI, Karl. O imperialismo (1913). In: TEIXEIRA, Aloisio (Org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002a.

_____. Dois artigos para revisão (1915). In: TEIXEIRA, Aloisio (Org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002b.

_____. Ultra-imperialism (1914). In: MARXIST Internet Archives. 1914. Disponível em: www.marxists.org. Acesso em: 8 Nov. 2009.

LAPAVITSAS, Costas. *Financialisation and capitalist accumulation: structural accounts of the crisis of 2007-9*. London: School of Oriental and African Studies, 2010. Disponível em: <http://se.ruc.edu.cn/upload/20101105/5516956.pdf>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. Tradução Leila Prado. São Paulo: Centauro, 2008.

_____. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Tradução José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. 2. ed. Tradução Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, v. 2. 20. ed. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOSELEY, Fred. US home mortgage crisis: how bad will it be? Causes and solutions. Mount Holyoke College. In: COLÓQUIO Internacional da SEPLA, 4, Buenos Aires, 2008. Mimeo.

NETTO, José Paulo. *Introdução*. In: LENIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. Gems and baubles in empire. *Historical Materialism*, v. 10, n. 2, p. 17-43, 2002.

PANITCH, Leo. Global capitalism and American empire. . In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin. *Socialist register 2004: the new imperial challenge*. 2004. Disponível em: http://www.nodo50.org/cubasieloXXI/congreso04/panitch_060404.pdf. Acesso em: 18 fev. 2013.

_____. As finanças e o império estadunidense. In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin. *Socialist register 2005: o império reloaded*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005. p. 65-104.

PINTO, Nelson Prado A. *O capital financeiro na economia contemporânea: uma revisão teórica e histórica de seu papel no desenvolvimento recente dos Estados Unidos*. 1994. Tese (Doutorado)–Unicamp, 1994. cap. 2.

ROBINSON, William; HARRIS, Jerry. Towards a global ruling class? Globalization and the transnational capitalist class. *Science & Society*, New York, v. 64, n. 1, p. 11-54, 2000.

SABADINI, Mauricio. *Globalização e capitalismo contemporâneo: notas preliminares a partir da obra O Capital Financeiro de Rudolf Hilferding*. In: SEMINÁRIO DE CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA – UFVJM, 1, Teófilo Otoni (MG), 2012. *Anais...* Disponível em: http://www.secep.com.br/arquivos/Globalizacao_e_capitalismo_contemporaneo-notas_preliminares_a_partir_da_obra_O_Capital_Financeiro_de_Rudolf_Hilferding.pdf. Acesso em: 22 jan. 2013.

SAKELLAROPOULOS, Spyros. The issue of globalization through the theory of imperialism and the periodization of modes of production. *Critical Sociology*, v. 35, n. 1, p. 57-78, 2009.

WENT, Robert. *Essays on globalization: a journey to a possibly new stage of capitalism*. 2001. 228f. Dissertation (Ph.D)–University of Amsterdam, 2001.

_____. Globalization in the perspective of imperialism. *Science & Society*, v. 66, n. 4, p. 473-497, 2002-2003.